



O LUGAR DO ENSINO DE GEOGRAFIA NA GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL: CONTEXTO E ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA

Aldo Gonçalves de Oliveira

Professor Adjunto do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande – Cajazeiras/PB, Paraíba, Brasil.

aldogeografia@gmail.com

Palestra/Conferência proferida no V Encontro Regional de Práticas de Ensino em Geografia, organizado pelo Grupo de Pesquisa em Educação Geográfica (GPEG) e pelo Laboratório de Educação Geográfica de Alagoas (LEGAL), ambos da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), entre os dias 01 e 03 de setembro de 2021.

APRESENTAÇÃO

Esse ensaio sintetiza uma reflexão sobre o “espaço ocupado” pelos saberes geográficos no currículo escolar na contemporaneidade. Nesse sentido, a utilização do termo “lugar” no título do texto diz respeito ao posicionamento de tais saberes nos documentos curriculares oficiais atualmente em operação nas políticas educacionais voltadas, especialmente para Educação Básica brasileira.

Entendo que o dispositivo curricular, atravessado pelas prerrogativas de tempo e espaço a partir das quais funciona, produz efeitos de verdade para diferentes sujeitos e populações escolares, sendo imprescindível para o exercício do poder por determinados grupos motivados por interesses, quase sempre, guiados pelo individualismo, consumismo, superexploração do ambiente natural, etc. Nesse sentido, o currículo desponta como uma ferramenta imprescindível a lógica de poder atualmente em voga, uma vez que contribui para que relações de poder assimétricas continuem funcionando a partir da prerrogativa básica do capitalismo que é a maximização dos lucros

Tal posicionamento é influenciado pela lógica contemporânea das relações de poder, que suscita uma série de disputas entre saberes hegemônicos (geralmente articulados aos grupos socialmente e economicamente dominantes e que assumem o neoliberalismo como mentalidade de governo) e dissidentes (grupos explorados economicamente, suas culturas ancestrais e formas alternativas de organização política) que alimentam as práticas escolares. É imprescindível, nesse sentido, espacializar a teia política a partir da qual o currículo oficial é tecido; apresentar suas contradições, considerando sua subserviência às políticas neoliberais de condução da conduta dos sujeitos; e apresentar estratégias de resistência, que permitam aos saberes dissidentes um cenário mais promissor nas disputas com os saberes hegemônicos.

CARACTERÍSTICAS DA SUBJETIVIDADE NEOLIBERAL

Para produzir tais efeitos analíticos, fiz uso da noção de governamentalidade cunhada por Michel Foucault (2008) para pontuar a atuação de práticas caracterizadamente neoliberais na organização da política curricular oficial do Brasil. Nas relações neoliberais, o Estado é absorvido (não



reduzido) pelo mercado e passa, nesse sentido, a ter suas ações direcionadas pelos interesses do empresariado. Ele perde o efeito “balanceador” que tinha na perspectiva da fisiocracia¹ e se faz objeto das demandas de reprodução do capital.

Num aprofundamento em relação ao liberalismo clássico, que sucede a fisiocracia como lógica de organização das relações entre Estado e mercado, o neoliberalismo radicaliza essas relações ao fazer do Estado um mecanismo direto do mercado. O mercado, em vez de se limitar a ser um automatismo autorregulador, manifesta-se como laço político fundador, entre outras coisas, da soberania do Estado (LAZZARATO, 2017, p. 96).

O objetivo das práticas neoliberais é moldar a conduta de sujeitos, torná-las um instrumento a serviço da reprodução do lucro, do incentivo ao consumo, da replicação das práticas econômicas em diferentes instâncias e campos da vida e mesmo da morte. Assim, outros autores foram convidados a amplificar a compreensão sobre os níveis de incisão do neoliberalismo na modelagem das subjetividades contemporâneas. A Figura 1 visibiliza e sobrepõe, através de uma colagem digital, questões, autores e obras que, seguindo as pistas da lógica neoliberal, possibilitam descrever alguns efeitos problemáticos do capitalismo contemporâneo na modelação de subjetividades antenadas a questões coletivas, como a preservação do meio ambiente, justiça social e acesso universal a saúde e educação de qualidade.

Figura 1. Colagem: questões, autores e obras



Org. Autor (2021)

Para Bauman (2008) os sujeitos contemporâneos tem sido reduzidos à condição de consumidores, de modo que suas crenças, emoções e, principalmente, desejos são baseados na fórmula de “bens consumíveis”. A linguagem publicitária articulada ao uso massivo da imagem como instrumento para construção de sentidos sociais, são os principais instrumentos para modelagem de subjetividades consumistas. O Estado, nesse sentido, costura as relações entre os grupos sociais e o mercado, priorizando os interesses do último, em contrapartida da exploração dos primeiros. Assim, o tempo, elemento imprescindível para geração de mercadoria e lucro, torna-se também objeto de comércio; ele precisa ser corretamente gerido através de práticas empresariais.

Sobre essa questão, Foucault (2006) descreve outra faceta da atuação do capital nas práticas de subjetivação espacial contemporâneas. Segundo ele, a forma “empresa” tem sido replicada em diferentes setores da vida social, inclusive no sujeito, que passa a ser visto como portador de um capital intelectual.

As práticas atuais estão voltadas para construir competências ligadas à formação do indivíduo capaz de lidar com situações problema. Os conteúdos são descredenciados em função de um conjunto de competências formativas. “O homo economicus que se quer reconstituir não é o homem da troca, não é o homem consumidor, é o homem da empresa e da produção” (FOUCAULT, 2008, p. 201).

Segundo Lazzarato (2017), funcionando como empresa, o sujeito contemporâneo passa a ser gerido em função do volume de capital que detém, do seu equilíbrio fiscal e dos bens que pode gerar para serem consumidos por outros sujeitos. É, nesse sentido, o capital intelectual possuído que produz efeitos de liberdade mediada pela monetarização da vida. Ou seja, a liberdade é a prerrogativa do liberalismo, mas não como princípio desinteressado ou libertador e sim como um bem, adquirido e mantido como item consumível.

Se podemos pagar, podemos viver, e se não podemos pagar, podemos morrer, no sentido de que a exposição à morte, os riscos da morte social que ela comporta (empobrecimento, miséria, exploração, dominação e desigualdades) e os riscos da morte política (exclusão e recusa) aumentam. O biopoder e a governamentalidade estão submetidos à axiomática do capital (LAZZARATO, 2017, p. 160).

Ao analisar a utilização da morte como ferramenta a serviço do neoliberalismo contemporâneo, Achille Mbembe (2018) descreve como a vida torna-se objeto de um cálculo econômico baseado na prerrogativa de lucro de determinados grupos hegemônicos. Para balizar sua reflexão, o autor revisita uma série de conflitos contemporâneos (especialmente em áreas periféricas do capitalismo) nas suas relações com interesses econômicos; e analisa como é feito o cálculo que define a sobrevivência ou a morte de populações inteiras a partir de algumas cifras. Nas palavras do autor:

Tecnologias de destruição tornaram-se mais táteis, mais anatômicas e sensoriais, dentro de um contexto no qual a escolha se dá entre a vida e a morte. Se o poder ainda depende de um controle estreito sobre os corpos (ou de sua concentração em campos), as novas tecnologias de destruição estão menos preocupadas com a inscrição de corpos em aparatos disciplinares do que em inscrevê-los, no momento oportuno, na ordem da economia máxima, agora representada pelo “massacre” (MBEMBE, 2018, p. 59)

Outra subjetividade, a virtualizada, moldada na contemporaneidade é descrita por Pierre Levy (1996) a partir da incorporação das tecnologias virtuais às práticas cotidianas dos sujeitos sociais. Segundo Levy (1996) o desenvolvimento das tecnologias de virtualização tem produzido efeitos cada vez marcantes nas diferentes práticas sociais. Educação, cultura, política, economia, entretenimento e uma série de outras práticas sociais tem se reorganizado, cada vez mais, nos termos de uma cibercultura. Nesse sentido, outra espacialidade, com características específicas de tempo, espaço e mobilidade, está sendo moldada a partir de tais práticas. A modelagem da conduta dos sujeitos, nesse sentido, passa por uma série de modificações em relação as demandas de uma sociedade cada vez mais virtualizada.

A virtualização não é uma desrealização (a transformação de uma realidade num conjunto de possíveis), mas uma mutação de identidade, um deslocamento do centro de gravidade ontológico do objeto considerado: em vez de se definir principalmente por sua atualidade (uma solução), a entidade passa a encontrar sua consciência essencial num campo problemático (LEVY, 1996, p. 12).

No contexto de uma realidade cada vez mais virtualizada Evgeny Morozov (2018) problematiza a apropriação dos dados que caracterizam a realidade virtual como ferramentas a serviço do



capitalismo contemporâneo. Segundo ele, a multiplicação de ferramentas destinada a captura dos dados fornecidos pelos usuários da internet representa um perigo social, uma vez que os tem sido utilizado para moldar uma conduta social consumista e politicamente alienada. “A aldeia global jamais se materializou – em vez disso, acabamos em um domínio feudal, nitidamente partilhado entre as empresas de tecnologia e os serviços de inteligência” (MOROZOV, 2018, p. 15). Em suas palavras:

É bem provável que a luta global pelos dados e pela supremacia da inteligência artificial, mais uma vez, ajude a cristalizar a verdade que muitos teóricos da dependência - entre os quais vários brasileiros - entenderam a muito: quem domina a tecnologia mais avançada, também domina o mundo. A tarefa futura da política progressista, no Brasil e em outras partes, deve ser a de desenvolver uma estratégia para assegurar esse controle – evidentemente, por meios democráticos (MOROZOV, 2018, p. 11).

Mesmo que de forma panorâmica, as reflexões a partir dos autores convidados ao debate permite vislumbrar as complexidades que envolvem a compreensão da subjetividade contemporânea. Atravessado por interesses mercantis, subvertido as prerrogativas do mercado e do lucro, alienado de suas possibilidades de libertação e convertido em mercadoria, os sujeitos tornam-se meramente objetos de relações econômicas. O individualismo e a competição derivados das subjetividades descritas torna-se imperativa na escola, para que, desde muito cedo, os sujeitos sejam programados para consumir continua a interruptamente, bens duráveis, descartáveis e virtualizados de forma frenética.

Na lógica do neoliberalismo, em sua relação com as políticas educacionais, fica evidente as incisões do mercado na modelação das práticas curriculares. Assumindo a prerrogativa da verdade, as legislações educacionais, costuram os interesses implícitos e explícitos do mercado na capitalização das populações escolares, via empresariamento da educação; e no posicionamento dos saberes escolares de acordo com as subjetividades descritas pelos autores apresentados na Figura 1.

OS SABERES GEOGRÁFICOS NA POLÍTICA CURRICULAR CONTEMPORÂNEA

Os discursos jurídico-legais, na perspectiva que assumimos nesse texto, funcionam como uma dobradiça que articula as relações de poder com determinadas práticas de saber. Concebemos que as resoluções, portarias, diretrizes e leis voltadas para regular as práticas educativas na Contemporaneidade têm subsidiado a criação de um ambiente favorável a atuação do mercado nas políticas públicas em educação. Todo o conjunto de técnicas, procedimentos e instituições que constituem esse discurso legal aciona dois tipos de tecnologias políticas a disciplina e a biopolítica.

Essas tecnologias são balizadas por uma política de Estado que intervém na sociedade como um todo (educação, habitação, saúde, cultura, etc.) a partir das diretrizes traçadas nas políticas econômicas em escala mundial. Em sua versão neoliberal, o mercado funciona não apenas como lugar de produção e autorização de verdades que circulam no campo social; mas replica sua forma e suas práticas para as diferentes instituições, sujeitos e espacialidades.

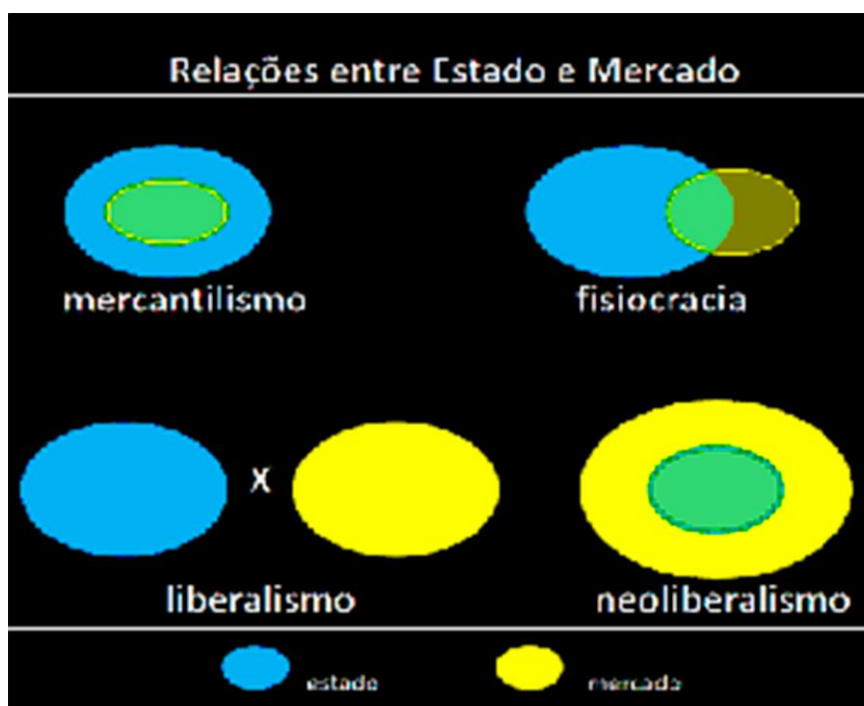
Nesse movimento, o Estado é posicionado como legitimador da sua política econômica, ou seja, um lugar onde determinadas verdades são autorizadas a circular e outras são sufocadas ou descredenciadas a partir dos interesses produtivos. No que diz respeito às práticas educativas, os grupos privados e lobbies educacionais atuam questionando o papel do Estado no financiamento direto da educação pública e reivindicando mais espaço nas escolas públicas via terceirização, a partir do argumento do alto custo no financiamento das escolas e na formação de professores em relação a baixa qualidade do serviço prestado, concebido e organizado em sua maioria pelo setor público.

Veiga Neto (2016)², discutindo as relações entre Estado e mercado, elaborou um recurso gráfico (figura 2) que possibilita situar o lugar ocupado por essas instâncias na configuração de diferentes



sistemas econômicos; que, conseqüentemente, imprimem diferentes lógicas de governo da conduta dos homens. Nas relações neoliberais o Estado é diminuído e absorvido pelo mercado e passa, nesse sentido, a ser direcionado pelos interesses do empresariado. Essa razão de governo implica uma reorganização das políticas educacionais, tendo em vista o aprimoramento de uma certa forma de vida que assume uma modelização econômica. Ganhos, perdas, gastos, conjuntura econômica, austeridade fiscal e enxugamento do setor público são alguns dos enunciados que alimentam a máquina estatal orientada pelas demandas do capital financeiro.

Figura 2. Estado e mercado em diferentes sistemas econômicos



Fonte: Veiga Neto (2016)

Para justificar a reorganização das táticas de governo em torno dessa lógica, a governamentalidade neoliberal tende a implantar no contexto social um “estado de crise” permanente. Na perspectiva de Silva (2017, p. 116), “[...] uma crise é um processo ambíguo, com idas-e-vindas, um processo de negação e de afirmação, de rejeição e de aceitação, de sim e não [...]”. A crise incide sobre a existência dos sujeitos, impondo novos padrões de comportamento e incitando uma série de práticas e posturas voltadas para capitalização de saberes.

A precarização da formação no modelo disciplinar e a centralização exercida pela BNCC na definição de saberes não significa uma diminuição da atuação do Estado na definição de saberes que visam a capitalização de mão-de-obra para o mundo do trabalho. A inserção de grupos empresariais privados na organização das políticas públicas em educação deve ser analisada como uma incisão mais direta das políticas de mercado nas práticas escolares, tendo em vista atender às demandas diretas do trabalho na sua versão neoliberal.

Um mapeamento inicial das instituições envolvidas na concepção e organização da Base Nacional Curricular Comum³, que baliza parte da formação dos estudantes no Ensino Médio, permite identificar uma inserção direta do setor privado nas políticas educacionais. Desde organizações ligadas a bancos privados como Fundação Itaú e Instituto Unibanco; passando por empresas de mídia tais quais a Fundação Roberto Marinho e a Fundação Victor Civita; até instituições estrangeiras como a Embaixada dos Estados Unidos e o British Council e, até

mesmo aquelas que não tem funções educacionais em suas trajetórias empresariais, como Boticário e a Natura, que se tornou a maior industrial de cosméticos do mundo. Nas palavras de Neves e Piccinini (2018, p. 190)

Certamente, os interesses mais pragmáticos de cada grupo são diversos e correspondentes a setores e ramos em que mais atuam, mas entendemos que partilham da necessidade comum de alavancar a educação brasileira para o desenvolvimento econômico.

As autoras supracitadas produzem uma análise apurada da rede de instituições, empresas e sujeitos que agem em nome do setor privado para influenciar as políticas públicas contemporâneas em educação. Nessa análise é possível observar como os movimentos intitulados “Todos Pela Educação” e “Todos Pela Base” articularam uma série táticas voltadas para atender suas demandas. Essa articulação permitiu a esses movimentos influenciarem e deixarem uma marca neoliberal forte em documentos legais que tem influência nacional como o Plano Nacional de Educação aprovado em 2014 e na BNCC, aprovada no final de 2018.

Ao analisar o contexto de emergência e os agentes envolvidos na materialização da BNCC e sua difusão, via dispositivo curricular, é possível indicar que o documento em questão:

- a) Organizou as práticas de saber em função da construção de competências e habilidades gerais para diferentes contextos, sujeitos e populações escolares. Embora exista a prerrogativa da utilização de parte do tempo escolar para as demandas locais de saber; na prática, é quase impossível concretizar a proposta do documento curricular nacional e fomentar práticas contextualizadas e locais de saber. No que diz respeito a Geografia escolar essa questão torna-se mais séria, uma vez que a área de Ciências Humanas possui uma carga horária baixa no Ensino Fundamental e especialmente no Ensino Médio;
- b) Produziu um efeito cascata em relação a programação dos currículos estaduais, que seguem a mesma lógica do currículo nacional, amplificando a padronização e nacionalização da política educacional contemporânea. É possível que os professores e a comunidade escolar dos estados não tenha sido ouvida na organização das propostas, o que aprofunda a descontextualização dos saberes geográficos em tais currículos.
- c) Fomentou a reformulação das legislações que orientam a formação de professores, estabelecendo a Base nacional Comum para Formação de Professores (Resolução N° 2/2019 do Conselho Nacional de Educação), estabelecendo o engajamento, a prática e conhecimento profissional na formação do professor. Além de compartimentar os saberes do currículo dos cursos e formação, a legislação em questão, responsabiliza o professor pelo engajamento dos alunos nas práticas de saber por ele mediadas.
- d) Produziu a integração dos saberes escolares em áreas do conhecimento, o que compromete o pensamento disciplinar, imprescindível para o diálogo produtivo com outras áreas do conhecimento integrantes do currículo. Paralelo a esse fato, a flexibilização do currículo do Ensino Médio, desobrigou os saberes de Ciências Humanas e Ciências Naturais das três séries do ensino fundamental. O foco nas linguagens e nas matemáticas revela estratégias que descontextualizam e despolitizam os saberes mediados nessa etapa da escolarização.
- e) Definiu, detalhadamente, os objetivos, conceitos e objetos de conhecimento que constituem os diferentes saberes escolares. Tal configuração demonstra uma “hiperplanificação” das temáticas, o que deixa pouco espaço no currículo para questões emergentes, saberes tradicionais e ligados a realidade dos estudantes.



PENSAR E AGIR DE FORMA ESTRATÉGICA

As análises de contexto espaço-temporal e da política curricular contemporânea não visam construir uma crítica vazia ou mesmo descredenciar o documento curricular em si. Tencionam compreender as forças que agem sobre os sujeitos escolares para a concepção e implementação de estratégias que permitam a sobrevivência digna, ambientalmente saudável e problematizadora das populações economicamente desfavorecidas, inclusive escolares.

Proponho, nesse sentido, a incorporação de algumas posturas, princípios e instrumentos de investigação das práticas escolares que nos permitem, pelo menos em parte, escapar as redes institucionais de produção de sentido para os saberes que circulam no espaço escolar. Funcionando de acordo com as demandas locais de saber, as estratégias que apresento a seguir não são receitas a serem seguidas, tampouco aplicam-se a variedade de realidades escolares manifestas no Brasil; elas condensam um tipo de cinismo, caracterizado pela desconfiança constante em relação aos jogos de poder que incidem sobre a educação e a modelam a serviço do poder hegemônico.

Considero necessário, nesse sentido:

Desacreditar do poder inquestionável da Lei jurídica enquanto produtora de verdades sociais e compreendê-la no contexto de relações de poder contraditórias e extremamente dissonantes. É imprescindível, nesse sentido, construir uma cultura de leitura, interpretação e problematização das legislações educacionais. Buscar os “pontos de escape” de tais textos para, no desvio da norma, produzir outros efeitos de verdade e poder mais articulados com as demandas de municípios, escolas e sujeitos escolares em diferentes espacialidades.

Questionar o consumo desenfreado, adotar o reaproveitamento como prioridade e posicionar o esfacelamento da natureza como urgência para a recuperação de práticas ancestrais da relação homem/meio. Os saberes geográficos são imprescindíveis a essa estratégia, mas para que tenham um papel efetivo, é preciso que estejam baseados na investigação do espaço imediato próximo do estudante e da escola onde as práticas de ensino se desenvolvem.

Desnaturalizar os currículos, suas lógicas subjetivantes e os saberes mediados por ele, empreendendo um mapeamento dos rastros generalizantes da educação neoliberal, apresentando suas contradições. É importante compreender que cada documento curricular é produto de uma série de disputas, conflitos e embates em torno dos saberes ali presentes, sendo necessária a crítica constante para desconstrução das estratégias massificantes.

Instigar e operar com técnicas investigativas da espacialidade das escolas, do universo cultural dos estudantes e do potencial da miscelânea de saberes escolares para a operação de práticas de saber politicamente situadas;

Compreender as minúcias e especificidades paisagísticas do ciberespaço, as relações de poder que o atravessam e seu potencial de subjetivação via virtualização para produzir “guerrilhas” discursivas (textuais) e não-discursivas (imagéticas) nas organizações curriculares que se impõem ao professor de Geografia;

Sonhar, planejar e materializar caminhos alternativos para pensar as relações entre os sujeitos, as sociedades e o espaço ocupados por elas na organização da vida.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, M. A sociedade punitiva. São Paulo: Martins Fontes, 2015.



_____. Nascimento da Biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo, Martins Fontes, 2008.

LAZZARATTO, M. O Governo do Homem Endividado. São Paulo: n-1 edições, 2017.

LEVY, P. O que é o virtual. São Paulo: Ed. 34, 1996.

MOROZOV, Evgeny. Big Tech – A Ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu, 2018.

NEVES, Rosa Maria Corrêa das. PICCININI, Claudia Lino. Crítica do imperialismo e da reforma curricular brasileira da educação básica: evidência histórica da impossibilidade da luta pela emancipação da classe trabalhadora desde a escola do estado. *Germinar: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 10, n. 1, p. 184-206, mai. 2018

MBEMBE, Achille. Necropolítica. Biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. São Paulo: n-1 edições, 2018.

SILVA, T. M. F. Direito e Neoliberalismo: tecnologias jurídicas e governamentalidade em Michel Foucault. 2017. Tese (Doutorado em Filosofia). Programa de Pós-Graduação em Filosofia. Universidade Federal do Ceará. Instituto de Cultura e Arte. Fortaleza: 2017..

¹ Os fisiocratas, também conhecidos pela denominação de “primeiros economistas”, formavam um grupo de pensadores favoráveis ao livre-câmbio e à liberdade de comércio de grãos e, de modo mais geral, ao liberalismo econômico. Sua designação é um neologismo que, como símbolo do seu fundamento ideológico, expressa a ideia de um reino (-crat) da ordem natural (physio) (FOUCAULT, 2015, p. 53).

² A imagem em questão foi apresentada no Seminário Intitulado “Em Defesa da Sociedade 40 anos depois” ministrado pelo professor Alfredo Veiga-Neto. O curso em questão foi realizado entre março e junho de 2016 no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O conteúdo do curso está presente no seguinte endereço eletrônico: <http://www.michelfoucault.com.br/?em-defesa-da-sociedade-40-anos-depois,63>. Já o trecho da aula em que a imagem é exposta e problematizada encontra-se no seguinte endereço: <https://youtu.be/N-cqYbbrXnU>

³ <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>. Acesso em 10 de março de 2018.

